

# Nacional

## Política de A a Z

### UMA DEMISSÃO

O residente da República tem razão: interessam mais os «programas» do que os «homens», e, quanto aos «homens», o que realmente dá a medida da sua capacidade é a dedicação, a coerência e a eficácia na realização dos «programas», das tarefas, das missões. Mas a demissão do militante socialista António Lopes Cardoso tem um significado político que não poderá ser ignorado e que não é legítimo adular. O homem que se desliga de responsabilidades governamentais num momento de «crise», do seu «partido» e do nosso «país», não deserta um combate. Fica na trincheira que é sua e de pé.

Quando falamos de «crise» queremos dizer: a) em relação ao Partido Socialista — que o recente Congresso não resolveu problemas políticos instantes de definição e de clarificação; o respeitável, esforço de síntese de Manuel Alegre e de António Reis corre o risco de ser enterrado sob a aluvião das adesões, do clientelismo, do caciquismo; b) em relação ao «país» — que a situação económica e social não terá solução com meros expedientes burocráticos e verbais, (mesmo passados ao complacente «Diário da República»), que estamos numa fase complexa e aguda de luta de classes e que o «unanimismo» não é possível, que só se faz uma «governança socialista» governando contra o capitalismo, o neocapitalismo, e a tecnocracia camaleónica que a tudo se adapta, que a todos serve, que de todos recebe, e que a todos trai.

A demissão de António Lopes Cardoso não poderá ser minimizada. Vem colocar a Mário Soares, como socialista e como Primeiro-Ministro, problemas políticos e problemas morais. Não podemos repetir as divisões, as rivalidades, as «guerrilha» da primeira República e que no tradicional «partido socialista» foram o pão nosso de todos os anos de 1875 a 1911. Um forte Partido Socialista — e dele precisa este «país novo» — terá que ser o defensor do socialismo no programa nos discursos de propaganda, nos congressos, no Governo, nas fábricas e nos campos.

### OUTRA DEMISSÃO

Não menos grave terá sido a «demissão política» do general Moraes e Silva. Com efeito, qualquer observador político não poderá deixar de considerar que o C. E. M. F. A. não é feliz nas suas declarações políticas, as quais podem deixar aos portugueses a impressão de uma solidariedade da Força Aérea com o seu chefe hierárquico em posições de contestação que implicariam problemas de grande densidade política. O desenvolvimento da situação irá comprovar, uma vez mais, que há militares que usam mal o direito de falar quando a outros a ética militar, e a dura lei, impõem o silêncio. Manifestamente imprevisto para a reflexão e a crítica em matéria de política interna, o general Moraes e Silva parece vogar ao sabor de inspirações cujo sinal político está á vista. Mas a alta função na hierarquia militar, e a responsabilidade inerente à representação da Força Aérea no órgão máximo político-militar ao qual incumbem, constitucionalmente, a assistir e aconselhar o «residente da República, não parecem compatíveis com uma conduta humoral e irreflexiva. Não foi esta a primeira vez que o general Moraes e Silva, fora do lugar do lugar próprio, sem noção do tempo e do modo, e com a clara intenção de atingir a opinião pública, atacou o seu camarada major Melo Antunes, como ele Conselheiro da Revolução. E porque nos recusamos a aceitar que quilizias pessoais se apresentem em público com este volume, escândalo e gravidade, temos que concluir, e connosco, o «país, que o general Moraes e Silva se orienta por uma linha política distinta daquela que segue o major Melo Antunes. O major Melo Antunes, e não é de hoje, é um homem de «esquerda». Qual será a orientação política do Conselheiro da Revolução Moraes e Silva?

### OS QUE ATACAM MELO ANTUNES

Disse, à entrada para a reunião ontem efectuada do Conselho da Revolução, o general Vasco Lourenço: «Eu gostei do discurso». Assim, sem adjectivos, sem adverbios, o preto no branco. Assim, falou um homem discutível, mas indirectamente «um Capitão de Abril». E quem toma a iniciativa de atacar (porque largamente se excede a legítima atitude crítica), um discurso de grande importância política pronunciado numa cerimónia que se integra na construção da ordem constitucional que os representantes de uma Revolução se apostaram em institucionalizar? Quem ataca Melo Antunes com a «direita» e reforçando a «direita»?

As declarações de Amaro da Costa com o mérito da clareza, as de Rui Machete com a habilidade da prudência, são, todavia, indicativas das respectivas posições partidárias. Mas a contestação não fica por aí. Com a «direita» alinharmos os que, desde sempre, regatearam aos «revolucionários de Abril» o seu papel de defensores e de impulsionadores das consequências políticas, económicas e sociais, naturalmente decorrentes de um acto revolucionário ao qual, como muito justamente e muito oportunamente foi recordado pelo major Melo Antunes o povo, as classes trabalhadoras, as forças do trabalho e da cultura, deram mais do que adesão entusiástica, mais do que presença e intervenção, porque lhe deram a própria carne e lhe emprestaram transcendência no plano político e na dimensão histórica. O «25 de Abril» pela acção do povo português deixou de ser «um acontecimento» e passou a ser «um momento da História de Portugal». Os que atacam Melo Antunes, e que o atacam pela letra e dignidade de um discurso que não surpreendeu o «residente Ramalho Eanes, cometem um erro político ou colocam-se decididamente no campo dos que pretendem — às vezes com civis, civis e civilizadas razões — destruir uma aliança entre democratas militares e democratas civis que é penhor da «ordem constitucional» e garantia das conquistas populares.

# Unesco celebra 30.º aniversário

Celebra-se hoje o trigésimo aniversário da Unesco. Nascida em Londres, em 1946, dos destroços da guerra, com 20 Estados membros, com objectivos bem definidos e limitados à Europa e às sequelas da guerra no campo da educação, investigação e da conservação ou restauração de obras de arte, a missão da Unesco deveria vir a ganhar maior dimensões com o decorrer do tempo e a sofrer transformações na sua hegemonia. Hoje com 136 membros é o Terceiro Mundo que numericamente domina. E também os problemas do Terceiro Mundo são os mais constantes dos programas de auxílio e cooperação da Unesco.

É significativo que pela primeira vez na existência da Unesco, esta reúna para a sua nova Conferência-Geral (onde irão ser discutidos e aprovados

os planos para o próximo biénio) em Nairobi, capital do Quênia. Quatro Estados de expressão portuguesa deverão aí ser aceites: Guiné-Bissau, Angola, S. Tomé e Príncipe e Moçambique.

A Unesco possui a sua sede em Paris. É um edifício elegante, de aço, cimento e vidro, valorizado por obras especialmente concebidas por Picasso, Henry Moore, Giacometti, Calder, Miró e outros artistas contemporâneos. Tem um Secretariado composto de mais de 1800 funcionários técnicos e administrativos onde se encontram representadas 111 nacionalidades e recorre ao serviço de cerca de 1700 especialistas que participam na execução dos projectos da Unesco através do Mundo inteiro.

Nos seus objectivos permanentes a Unesco propõe-se: reforçar a colaboração entre to-

das as nações, através da educação, da ciência e da cultura, a fim de assegurar o respeito universal pela justiça, pela lei, pelos Direitos do Homem, e pelas liberdades fundamentais de todos, sem qualquer distinção de raça, de sexo, de língua ou de religião.

### PORTUGAL E A UNESCO

Papel mínimo temos desempenhado na Unesco. Devido à política colonialista do regime Salazar-Caetano, Portugal foi mesmo afastado da Unesco entre 1972 e 1974. Entretanto, após o 25 de Abril fomos readmitidos na organização. Varias actividades conjuntas se puderam realizar já em 1975 e 1976. Foi criada a missão permanente de Portugal na Unesco e nomeada como embaixadora a

engenheira Maria de Lurdes Pintassilgo. Neste momento, está já em fase avançada a preparação de uma Comissão Nacional da Unesco que funcionará no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Encontra-se actualmente em Nairobi, uma delegação portuguesa de 10 membros, a representar o nosso País na Conferência-Geral da Unesco. Dos resultados da conferência poderá sair uma cooperação mais substancial entre o Estado português e a Unesco. Para tal será contudo necessário que todas as organizações portuguesas, de natureza governamental ou não, empenhadas em actividade nos domínios da ciência, cultura, educação, comunicação, definam os seus planos de acção e as áreas onde seria mais importante receber qualquer tipo de assistência por parte da Unesco.

## Quatro meses para reestruturar o F.A.O.J.

Por despacho do Primeiro-Ministro foi nomeado um grupo de trabalho para, até ao dia 15 de Fevereiro de 1977, apresentar um projecto de diploma legal para a reestruturação do F. A. O. J. (Fundo de Apoio aos Organismos Juvenís), «de modo a articulá-lo com outros sectores governamentais de vocação complementar».

Este grupo de trabalho é constituído por três delegados do M. E. I. C., através do F. A. O. J., Direcção-Geral dos Desportos e Direcção-Geral de Educação Permanente, e ainda delegados dos Ministérios da Defesa Nacional, da Justiça, Trabalho, Assuntos Sociais e Secretaria de Estado da Cultura.

Sobre o que tem sido a política do actual M. E. I. C. no F. A. O. J., no D. G. E. P., no D. G. E. B. e no D. G. D.,

a célula dos trabalhadores do M. E. I. C. do P. C. elaborou um texto em que aponta exemplos concretos de uma actualização de Sottomayor Cardia que considera de «política de direitos». Quanto ao F. A. O. J. afirma: «A frente do F. A. O. J. é colocado como director-geral um homem (prof. Trovão do Rosário) que nenhuma prova pode dar à causa da democracia, mas que pode dar provas e multas de bons e laus serviços prestados ao fascismo...»

E acrescenta o texto: «A quase totalidade dos cargos dirigentes do F. A. O. J. ocupa entretanto por pessoas de reconhecida incompetência profissional; mas que no entanto merecem a confiança do sr. ministro, dado que comprometidos com algumas das forças mais reacionárias como a A. O. C. e M. R. P.»

Sobre a política de destruição que consideram estar a adoptar o actual F. A. O. J., exemplifica: «É proibida a distribuição de cadernos culturais, bibliotecas, etc, aos grupos ou associações juvenís; são suspensas todas as actividades no sector de animação sociocultural; é levantado um inquérito de finalidades bastante obscuras às actividades de estudo e planeamento.»

É pergunta-se: «Agora o que será o F. A. O. J.?»  
Responde: «Por algumas medidas já tomadas em re-

lação aos organismos juvenís aponta-se para uma orientação partidária e discriminatória: assim, por exemplo, é negado apoio à Associação Académica de Coimbra e é apoiada escandalosamente com mais de mil contos uma organização afecta ao M. R. P. P. supostamente para a organização de «umas colónias de férias...»

«Resurgem actividades elitistas como as que se organizam no tempo do fascismo pelo Secretariado para a Juventude, exemplo M. P. como o recente festival de aeromodelismo no Porto.»

## F.E.P.U. apresenta 27 800 candidatos para as autarquias

«A Frente Eleitoral «ovo Unido» é por uma ampla autonomia do poder local por uma precisa definição das suas finanças, por uma clara e rápida articulação do poder local com as organizações populares de base, conforme é consagrado na Constituição» — lê-se num documento da F. E. P. U., aprovado na última reunião da sua Comissão Nacional, ontem distribuído no decurso de uma conferência de imprensa realizada em Lisboa.

«A melhoria das condições de vida, a garantia da saúde, da habitação, da instrução e do trabalho não se conseguem sem recorrer às reservas insondáveis que se escondem por detrás da participação activa das populações na solução dos seus próprios problemas» — prossegue o documento que alerta ainda para o facto de que tais «reservas não se poderão em evidência se continuarmos a teimar órgãos do poder local que sejam meros terminais burocráticos e administrativos de um poder central todo poderoso».

Estiveram presentes na conferência de imprensa, Anselmo Anibal, Carlos Costa, Veiga de Oliveira, José Manuel Tengarrinha, Rui Carneiro, Paulo Loureiro e Oliveira e Sá.

Depois de Carlos Costa, na sequência das afirmações contidas no documento quanto à impossibilidade dos problemas das populações se resolverem por simples meios administrativos, ter dito que a tal só chegaria com «a mobilização popular», Veiga de Oliveira, destacando que a F. E. P. U. concor-

re em todos os concelhos do continente e em metade dos da Madeira e Açores, revelaria que, ao nível de freguesias, a participação da Frente abrangeria setenta e um por cento da população, movimentando vinte e sete mil e duzentos candidatos em todo o País.

Oliveira Sá sublinharia o carácter não partidário de numerosas listas da F. E. P. U., citando para o efeito, quinze listas onde a percentagem de elementos sem partido ronda os cinquenta por cento, percentagem que é mesmo ultrapassada em muitos casos.

Rui Carneiro e Paulo Loureiro abordaram também a questão da adesão da F. S. P. à F. E. P. U., explicando que, considerando o seu partido que «a defesa dos interesses dos trabalhadores e do «ovo» em geral passa por uma correcta administração do poder local e pela dinâmica unitária das massas em torno de objectivos de interesse comum das populações», encontrou da F. E. P. U. «a correcta expressão deste objectivo».

Foi também revelado na conferência de imprensa de ontem que a Comissão Nacional da F. E. P. U. conta já com a participação de cerca de meio milhão de personalidades das mais variadas tendências políticas.

EM LAGOA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ CENTRAL

EM SILVES o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ DE SANCHO I

## Tomás Rosa defende Mensurado na Boa Hora

Com as declarações do capitão Tomás Rosa, na qualidade de testemunha de defesa dos réus, prosseguiu esta manhã no 1.º Juízo Correcional da Boa Hora, presidido pelo dr. Carlos da Silva Caldas, o julgamento dos jornalistas Maria de Lurdes Falcão e José Mensurado, actualmente do corpo redactorial de «O Século», acusados de responsabilidade, numa notícia publicada no matutino «O Dia», na qual se faziam graves acusações ao capitão Costa Martins, quando ministro do Trabalho, e relacionado com o «Dia do Trabalho para a Nação».

Na audiência de ontem, o juiz dr. Carlos da Silva Caldas indeferiu um requerimento apresentado pelo dr. Sousa Ta-

vares, director de «A Capital» e defensor dos réus, no sentido de ambos serem abrangidos pela aplicação da recente amnistia que contemplou diversos delitos de crime de imprensa.

De acordo com o processo, as acusações que pesam sobre Maria de Lurdes Falcão e José Mensurado podem constituir matéria passível de interpretação como «acto difamatório» dirigido àquele ex-titular da pasta do Trabalho, e daí a razão do processo instaurado pelo oficial, que delegou a acusação particular no advogado dr. Levy Baptista.

O capitão Costa Martins exige dos réus, para além da reparação moral que a questão poderá envolver, uma indemnização de dois mil e quinhentos contos.

## Deputados na U.R.S.S.

Partiu ontem para a União Soviética uma delegação da Assembleia da República, que visitará aquele país durante seis dias a convite do Soviète Supremo.

Integram a delegação o vice-presidente da Assembleia da República António Arnaut e ainda os deputados Manuel Francisco Costa Lino Teixeira de Carvalho e António Fernandes da Fonseca, do Partido So-

cialista, Manuel da Costa Andrade e José António Nunes Furtado, do P.S.D., Victor Sá Machado e Luis Esteves Ramos, do C.D.S., e Lino do Carvalho Lima do P.C.

No aeroporto da Portela estiveram a despedir-se da delegação numerosas individualidades, entre as quais o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes e o embaixador da União Soviética, Kalinine.